

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Aquisição de serviços de construção e revisão da página web da  
Agência Nacional das Comunicações - ANAC

Concurso Público Nacional N.º 05/ANAC/2016

Praia, 16 de Novembro de 2016

## ÍNDICE GERAL

CLÁUSULAS Jurídicas .....	4
CAPÍTULO I.....	4
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
Cláusula 1. <sup>a</sup> .....	4
Objeto .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> .....	4
Contrato .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> .....	5
Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante .....	5
Cláusula 4. <sup>a</sup> .....	5
Prazo prestação dos serviços .....	5
CAPÍTULO II.....	5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> .....	5
Obrigações principais do Adjudicatário .....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> .....	6
Língua da prestação de serviços .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> .....	6
Equipa Técnica .....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> .....	6
Gestão do pessoal .....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> .....	6
Regime de prestação de serviços .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> .....	7
Dever de boa execução .....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> .....	7
Documentação .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> .....	7
Responsabilidade .....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> .....	8
Regularização de contribuição fiscal e de segurança social .....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> .....	8
Preço Contratual .....	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> .....	8
Faturação e condições de pagamento .....	8
Cláusula 16. <sup>a</sup> .....	9
Adiantamentos de preço .....	9
CAPÍTULO III.....	9
PENALIDADES E RESOLUÇÃO .....	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> .....	9
Penalidades .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> .....	10
Força Maior .....	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> .....	11
Resolução por parte da Entidade Adjudicante .....	11
Cláusula 20. <sup>a</sup> .....	11
Efeitos da resolução .....	11
Cláusula 21. <sup>a</sup> .....	12
Resolução pelo Adjudicatário .....	12
Cláusula 22. <sup>a</sup> .....	12
Caução para garantia de adiantamento .....	12
Cláusula 23. <sup>a</sup> .....	13
Execução da Caução .....	13
Cláusula 24. <sup>a</sup> .....	13
Despesas .....	13
CAPÍTULO IV .....	13

<b>DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>13</b>
Cláusula 25. <sup>a</sup> .....	13
Objeto do dever de sigilo.....	13
Cláusula 26. <sup>a</sup> .....	14
Prazo do dever de sigilo.....	14
Cláusula 27. <sup>a</sup> .....	14
Dados Pessoais .....	14
Cláusula 28. <sup>a</sup> .....	14
Subcontratação e cessão da posição contratual pelo Adjudicatário .....	14
Cláusula 29. <sup>a</sup> .....	15
Cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante .....	15
Cláusula 30. <sup>a</sup> .....	15
Dever de Informação .....	15
Cláusula 31. <sup>a</sup> .....	16
Comunicações .....	16
Cláusula 32. <sup>a</sup> .....	16
Resolução de litígios.....	16
Cláusula 33. <sup>a</sup> .....	16
Contagem dos prazos.....	16
Cláusula 34. <sup>a</sup> .....	16
Lei aplicável .....	16
<b>CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>	<b>17</b>

## **CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup> Objeto**

1. O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) contrato(s) subjacente(s) ao presente Procedimento, que tem por objeto principalmente a prestação de serviços para construção e revisão da página web da ANAC, contendo seguinte:
  - a) Elaboração do layout e design das páginas do site conforme descritos no documento “Requisitos Técnicos” em anexo,
  - b) Programação do layout e design das páginas do site conforme descritos no documento RT em anexo,
  - c) Levantamento, análise e projeto de distribuição dos conteúdos,
  - d) Desenvolvimento das páginas e dos seus conteúdos, design gráfico – layout das páginas,
  - e) Formação na manutenção dos conteúdos.
  - f) Instalação de software para publicação de fotos e vídeos;
  - g) Design responsive;
  - h) Ilustração;
  - i) Língua portuguesa e inglesa.
2. A assinatura do contrato não conferirá ao Adjudicatário qualquer direito de exclusividade na prestação dos serviços objeto do mesmo.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup> Contrato**

1. O contrato subjacente ao presente Procedimento é celebrado por escrito.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - (a) Os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
  - (b) O Caderno de Encargos;
  - (c) A proposta adjudicada, e
  - (d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato a celebrar, prevalecem os primeiros.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

**Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante**

1. Além da documentação integrante no procedimento, a Entidade Adjudicante, a solicitação do Adjudicatário, fornece quaisquer outros elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor prestação dos serviços compreendidos no presente procedimento.
2. O Adjudicatário deve assegurar-se da exatidão dos dados fornecidos e das informações prestadas, mediante as comprovações e verificações que considerar pertinentes e com o objetivo de conseguir uma confirmação das condições de execução dos serviços a prestar.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

**Prazo prestação dos serviços**

Os serviços a realizar no âmbito do presente procedimento, deverá ser integralmente executado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

**CAPÍTULO II**

**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

**Obrigações principais do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:
  - (a) Executar a prestação de serviços objeto do presente procedimento em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos;
  - (b) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
  - (c) Assessorar e proceder alterações, inclusões ou exclusões de novas páginas ou recursos, por um período de 01 (um) ano, sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante.
  - (a) Orientar e Assessorar a Entidade Adjudicante na implantação do sistema, após a conclusão e total publicação e execução dos serviços solicitados, por um período de 01 (um) ano.
  - (d) Refazer, sem cobrar qualquer valor adicional, os trabalhos não aceite pelo Entidade Adjudicante, desde que executados em desconformidade com os dispostos no Caderno de Encargos e Proposta técnica;
  - (b) Comunicar de imediato à Entidade Adjudicante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;

- (c) Informar de imediato a Entidade Adjudicante de quaisquer factos de que tenham conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- (d) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Entidade Adjudicante, relativamente à prestação de serviços no prazo de 02 (dois) dias.

**Cláusula 6.ª**

**Língua da prestação de serviços**

1. Os serviços serão prestados em português, devendo todos os recursos afetos à prestação dos serviços e que interajam diretamente com a Entidade Adjudicante ter o domínio da língua portuguesa, oral e escrita.
2. A documentação a fornecer será redigida em português, apenas podendo ser redigida noutra língua quando a Entidade Adjudicante assim o requeira ou consinta.

**Cláusula 7.ª**

**Equipa Técnica**

A equipa técnica disponibilizada pelo Adjudicatário para a prestação dos serviços objeto do presente procedimento deverá ter os recursos necessários e adequados ao cabal e perfeito cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

**Cláusula 8.ª**

**Gestão do pessoal**

1. Durante todo o período de vigência da Prestação de Serviços, o Adjudicatário será responsável pelo recrutamento, remuneração, formação e gestão de todo o pessoal necessário à eficaz prestação dos serviços, em qualquer dia do ano.
2. Durante todo o período de vigência da prestação de serviços, o Adjudicatário será responsável perante a Entidade Adjudicante e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal que utilizar na prestação dos serviços e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades compreendidas na prestação de serviços.
3. A responsabilidade pela correta prestação de todos os Serviços será exclusivamente do Adjudicatário, ainda que este recorra a terceiros para a execução do Contrato.

**Cláusula 9.ª**

**Regime de prestação de serviços**

1. A prestação dos serviços objeto do presente Procedimento será feita com autonomia e sem qualquer espécie de subordinação jurídica entre o Adjudicatário ou os seus funcionários e a Entidade Adjudicante e os seus funcionários, pelo que, de modo algum, fica subentendida a existência de contrato de trabalho entre esta e aqueles.



2. Fica igualmente estabelecido que o poder direcional e disciplinar sobre os seus funcionários apenas poderão ser exercidos pelo Adjudicatário, pelo que quaisquer ordens ou instruções apenas poderão ser emitidas por este último.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Dever de boa execução**

1. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Entidade Adjudicante em execução do contrato, às exigências legais e normativos do sector aplicáveis às matérias objecto do contrato subjacente ao presente procedimento.
2. O Adjudicatário desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
3. O Adjudicatário garante que os serviços por si prestados no âmbito do contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Documentação**

1. O adjudicatário após a conclusão dos trabalhos deverá entregar à entidade adjudicante, de acordo com o programa dos trabalhos estabelecidos, a página web concluída, com as versões em português e inglês.
2. No prazo máximo de 10 (dez) dias após a conclusão da prestação dos serviços o Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante a seguinte documentação:
  - (a) Maquetes de todos os layouts;
  - (b) Manuais completos de cores, estilos e do funcionamento da página web.
3. A Entidade Adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidade**

1. O Adjudicatário garante que os serviços serão prestados nos termos da Proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, de modo adequado à realidade e particularidades dos fins a que se destinam.
2. Em caso de incumprimento da prestação de serviços objeto do presente procedimento o Adjudicatário, sem prejuízo do disposto na cláusula 20.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos, responderá perante a Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

3. O Adjudicatário responderá pelos atos do seu pessoal, ou de pessoal subcontratado, nomeadamente em questões de disciplina, furto ou qualquer ação que ponha em risco os interesses da Entidade Adjudicante, nomeadamente danos causados nas instalações, equipamento e material utilizado que seja propriedade desta.
4. Sempre que surjam situações do tipo previsto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a reparar os danos por sua conta ou indemnizar a Entidade Adjudicante, pelos prejuízos causados.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a Entidade Adjudicante incorra na medida em que resultem de factos imputáveis ao Adjudicatário ou a entidade por si subcontratada.
6. O não cumprimento do disposto no ponto anterior, reserva à Entidade Adjudicante o direito de mandar reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo para o efeito, efetuar a dedução na caução ou nos pagamentos ao Adjudicatário.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Regularização de contribuição fiscal e de segurança social**

1. Durante a vigência do contrato a celebrar, o Adjudicatário obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Segurança Social, do Estado de Cabo Verde ou do Estado de que o Adjudicatário seja nacional ou se encontre estabelecido.
2. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da regularização referida no número anterior, sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante, no prazo de 10 (dez) dias.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Preço Contratual**

Pela prestação dos serviços objeto do presente procedimento, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Adjudicatário o montante que resultar da proposta adjudicada, acrescido de imposto devido.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Faturação e condições de pagamento**

1. A faturação dos serviços será efetuada até ao dia 30 do mês subsequente à data de prestação dos serviços.
2. O Adjudicatário emitirá a[s] fatura[s] em nome da Entidade Adjudicante, sendo esta[s] enviada[s] para Agência Nacional das Comunicações, sito na Avenida da China, Chã de Areia, 5.º piso, CP. Nº 892 - Praia, República de Cabo Verde.
3. O pagamento dos serviços será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias receção da respetiva fatura.



4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, a faturas serão pagas através de transferência bancária para conta a indicar pelo Adjudicatário.
5. Em caso de discordância quando aos valores indicados nas faturas, a Entidade Adjudicante deverá comunicar este facto ao Adjudicatário por escrito e no prazo de 05 (cinco) dias após receção da respetiva fatura, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O não pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão da prestação dos Serviços por parte do Adjudicatário, devendo, no entanto, a Entidade Adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender qualquer dos pagamentos acima referidos, sempre que o Adjudicatário não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Adiantamentos de preço**

1. A pedido do Adjudicatário e caso assim o decida, a Entidade Adjudicante poderá efetuar adiantamentos de preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das referidas prestações, desde que:
  - (a) O valor dos adiantamentos não seja superior a 30% do preço contratual, e
  - (b) O Adjudicatário tenha previamente comprovado à Entidade Adjudicante a prestação de uma caução para adiantamento de preço, nos termos constantes na cláusula 23.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

### **CAPÍTULO III**

#### **PENALIDADES E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades**

1. Em caso de incumprimento imputável ao Adjudicatário, ou a terceiros por si contratados para a prestação de serviços objeto do presente Procedimento, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
  - (a) Para cada dia de atraso até ao limite de 30 (trinta) dias, será aplicada uma sanção pecuniária de 0.5% do valor da proposta (não incluindo o IVA).
  - (b) Para atrasos na entrega dos trabalhos superiores ao estabelecido na alínea anterior e que não excedam os 40 (quarenta) dias, será aplicada uma sanção pecuniária diária de 1% do valor da proposta (não incluindo o IVA).
  - (c) Para atrasos na entrega dos trabalhos superiores a 40 (quarenta) dias será aplicada uma sanção pecuniária diária de 2% do valor da proposta (não incluindo o IVA).

2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado mensalmente.
3. O prazo para pagamento pelo Adjudicatário das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data de receção das respetivas faturas, emitidas pela Entidade Adjudicante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Entidade Adjudicante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar ao Adjudicatário, ao abrigo do contrato a celebrar.
5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% do preço contratual.
6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30%.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Greves e conflitos laborais, insurreições ou motins, guerra e mobilização que originem a suspensão ou interrupção do trabalho;
  - b) Epidemias, restrições por quarentena ou qualquer outra causa fora do controlo do adjudicatário e que não lhe possa ser imputável.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.



**Cláusula 19.<sup>a</sup>**


**Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais do Adjudicatário e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
  - (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
  - (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
  - (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Adjudicatário;
  - (d) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - (e) Oposição reiterada do Adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da Entidade Adjudicante;
  - (f) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo Adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pela Entidade Adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;
  - (g) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
  - (h) Incumprimento pelo Adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
  - (i) Não renovação do valor da caução pelo Adjudicatário;
  - (j) O Adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Efeitos da resolução**

1. Em caso de resolução do contrato subjacente ao presente procedimento pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pelo Adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.



**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

**Resolução pelo Adjudicatário**

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pelo contraente público e ainda nas seguintes situações:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
  - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
  - (d) Exercício ilícito dos poderes da Entidade Adjudicante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
  - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Entidade Adjudicante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
  - (a) A resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou,
  - (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução previsto no presente artigo é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Entidade Adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a Entidade Adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

**Caução para garantia de adiantamento**

1. Para garantir o pagamento de adiantamentos, o Adjudicatário deverá prestar uma caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados pela Entidade Adjudicante.
2. A caução referida no número anterior deverá ser prestada por um dos meios previstos no artigo [107.º] do Código da Contratação Pública.
3. O Adjudicatário deverá comprovar à Entidade Adjudicante a prestação da caução à Entidade Adjudicante previamente à prestação dos adiantamentos.
4. A caução será progressivamente liberada com a realização das prestações contratuais correspondentes ao pagamento adiantado efetuado pela Entidade Adjudicante.

**Cláusula 23.<sup>a</sup>**

**Execução da Caução**

1. A Entidade Adjudicante pode executar as cauções prestadas pelo Adjudicatário, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais pelo Adjudicatário, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. O Adjudicatário está obrigado a renovar o valor decorrente da execução parcial ou total da caução prestada, no prazo de 15 dias após a notificação da Entidade Adjudicante para o efeito, sob pena de incumprimento contratual, podendo a Entidade Adjudicante invocar a exceção de não cumprimento quanto ao pagamento de faturas ou proceder à retenção do valor em falta para a reposição do valor inicial da caução, nos pagamentos a efetuar ao Adjudicatário.

**Cláusula 24.<sup>a</sup>**

**Despesas**

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução.

**CAPÍTULO IV**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 25.<sup>a</sup>**

**Objeto do dever de sigilo**

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo autorização expressa da Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 26.<sup>a</sup>**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor para além do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato e sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 27.<sup>a</sup>**

**Dados Pessoais**

1. Devido à natureza dos Serviços objeto dos contratos a celebrar, o Adjudicatário poderá aceder a dados pessoais de terceiros, devendo fazê-lo em estrito respeito do disposto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais e das instruções da Entidade Adjudicante, não podendo nomeadamente proceder à sua reprodução, gravação, cópia ou divulgação para outros fins que não constem dos contratos.
2. O Adjudicatário compromete-se a manter os dados pessoais estritamente confidenciais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos dados pessoais por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores ou subcontratados.
3. Se quaisquer dados se perderem ou forem danificados, seja qual for a causa, o Adjudicatário compromete-se a adotar todas as medidas tendo em vista a recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a Entidade Adjudicante.
4. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir a Entidade Adjudicante por todos os prejuízos em que esta venha eventualmente a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados contra a Entidade Adjudicante.

**Cláusula 28.<sup>a</sup>**

**Subcontratação e cessão da posição contratual pelo Adjudicatário**

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo Adjudicatário dependem de autorização prévia da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo [27.º] do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá identificar quais as prestações contratuais que em concreto pretende subcontratar ou ceder, o subcontratado ou cessionário em causa, bem como deverá instruir a sua proposta com a documentação referida [nos números 5 e 6 do artigo 27.º] do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos, conforme aplicável.
3. A Entidade Adjudicante poderá, a todo o tempo, requerer a substituição de qualquer subcontratado, se:
  - (a) No seu entender, tal subcontratado não se mostrar qualificado para cumprir as obrigações subcontratadas;

- (b) Tomar conhecimento de violação, pelo subcontratado, de quaisquer obrigações decorrentes do contrato ou de qualquer legislação ou regulamentação que lhe seja aplicável.
- 4. Caso a Entidade Adjudicante requeira a substituição do subcontratado, nos termos do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá no prazo máximo de 07 (sete) dias a contar da data de receção da comunicação da Entidade Adjudicante proceder à identificação do novo subcontratado e à apresentação dos documentos referidos [no n.º 6 do artigo 27.º] do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.
- 5. A autorização da nova subcontratação referida no número anterior obedecerá ao disposto no artigo [27.º] do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.
- 6. Em caso de subcontratação o Adjudicatário manter-se-á como garante e único responsável perante a Entidade Adjudicante pela execução das obrigações contratuais assumidas.

#### **Cláusula 29.ª**

##### **Cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante**

- 1. A Entidade Adjudicante poderá ceder a sua posição contratual a qualquer momento, sem necessidade de acordo do Adjudicatário.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário poderá opor-se à cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante apenas em caso de fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias do Adjudicatário.

#### **Cláusula 30.ª**

##### **Dever de Informação**

- 1. O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Entidade Adjudicante, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente, quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
- 2. O Adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 7 (sete) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
- 3. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.



**Cláusula 31.<sup>a</sup>**

**Comunicações**

1. Salvo quando forma especial for exigida no Caderno de Encargos, todas as comunicações entre as Partes relativamente a este Contrato devem ser efetuadas por escrito, mediante carta ou telefax, e dirigidas para os seguintes endereços e postos de receção das Partes.
2. As comunicações efetuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas normais de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações protocoladas ou mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo protocolo ou aviso.
4. Não se consideram realizadas as comunicações efetuadas por telefax, cujo conteúdo não seja perfeitamente legível pelo respetivo destinatário, desde que este comunique esse facto à Parte que tenha emitido a referida comunicação no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da respetiva receção.
5. Qualquer alteração das informações de contacto de cada Parte, incluído a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

**Cláusula 32.<sup>a</sup>**

**Resolução de litígios**

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente os relativos à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o tribunal da Comarca da Praia.
2. As partes no contrato podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

**Cláusula 33.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados

**Cláusula 34.<sup>a</sup>**

**Lei aplicável**

O contrato subjacente ao presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.





## CLÁUSULAS TÉCNICAS

A construção de uma página justifica-se, pela necessidade de dotar o ANAC de uma ferramenta online que possa ser um instrumento efetivo de comunicação e de partilha de informação sobre as diversas atividades da organização. O Site também servirá como uma plataforma para partilhar documentos e relatórios relevantes para o desenvolvimento das comunicações eletrónica em Cabo Verde.

O mesmo tem por objetivo proporcionar informações claras e diretas sobre todas as atividades da ANAC aos principais públicos-alvo (nomeadamente, operadores de serviços de comunicações eletrónicas, Cidadãos e Sociedade civil, e outros).

Em estreita colaboração com a ANAC, o contratante será responsável pelo desenho, desenvolvimento, e implementação de toda a parte técnica, gráfica e de outros aspetos da plataforma de comunicação ligada à página web bem como pela prestação de apoio ao staff da ANAC na utilização e atualização da ferramenta.

Assim sendo, a ANAC, pretende selecionar uma empresa para a construção e revisão da sua página web institucional, de acordo com as especificações, constante no presente caderno de encargos.

A empresa que for adjudicada será responsável pelo:

1. Estabelecimento de uma estratégia efetiva para a página web, de acordo com os objetivos já definidos e análises existentes; Concordância com normas gráficas existentes; Código de programação limpo; Desenvolvimento de ferramentas web com alta usabilidade; Respeitar todos os regulamentos e padrões existentes; Garantir o cumprimento de todos os prazos estabelecidos; Aconselhar uma organização (menu, homepage, outras paginas) que alcança os objetivos da ANAC.
2. O contratante será pedido para oferecer aconselhamentos profissionais sobre conteúdo, estrutura e desenho do site, e deve estar preparado para oferecer e implementar ferramentas de acordo com as necessidades da ANAC.
3. O contratante pode ser pedido a desenhar/integrar e implementar características e funções como banners, áudio, locais de divulgar vídeos, calendários, formulários, sistemas de pagamentos (para os diferentes serviços da ANAC) ou outras tecnologias de acordo com as necessidades da ANAC.
4. Todos os direitos de propriedade intelectual e todos os conteúdos do site, tal como os trabalhos completados sob este contrato serão a propriedade exclusiva ANAC.
5. O contratante deve manter contacto e comunicação semanal com a equipa de acompanhamento da ANAC;
6. O contratante deve enviar atualizações de progresso, conforme modelo a ser entregue, ao fim de todas as semanas do contrato.



A empresa que for adjudicada a elaborar a página web deve estruturá-lo da seguinte forma:

**1. Link 'imprimir' e 'enviar e-mail'**

No rodapé de cada página deverá conter um botão para imprimir e outro para enviar o link a um determinado e-mail.

**2. Conteúdos específicos contendo:**

**a) Interface do sistema administrativo**

O Adjudicatário deverá apresentar um sistema multiusuário com uma senha para cada sector da contratante, contendo todos os recursos necessários para que a contratante tenha total autonomia na publicação de notícias, informações e documentos, sem a necessidade de conhecimento técnico avançado ou da assistência de empresas especializadas. Nesse sistema deverá conter recursos que permita configurar as páginas, inserir tabelas, imagens, e aplicar negrito e itálico nas palavras, entre outros recursos.

**b) Interface de usuário master**

O contratado deverá apresentar um sistema com um usuário master que administrará os outros usuários, possibilitando a adição, a remoção ou alteração de dados de todos os outros usuários. Também através dessa interface, o usuário master poderá definir e restringir o acesso ao conteúdo de secções específicas.

**c) Notícias**

O contratado deverá apresentar um sistema para que alguns usuários específicos, determinados pelo usuário master, possam adicionar notícias em determinadas secções do site.

**d) Informações (agenda, cursos, reuniões, seminários, prémios, etc.)**

O contratado deverá apresentar um sistema para que alguns usuários específicos, determinados pelo usuário master, possam adicionar informações como agenda, cursos, seminários, entre outros, em determinadas secções do site. O contratado deverá produzir até quinze interfaces diferentes, com até trinta campos cada um. Nesse sistema, deverá conter também os recursos para adicionar fotos e produções áudio visuais.

**e) Anexar documentos (editais, imagens, etc.)**

O contratado deverá apresentar um sistema para que alguns usuários específicos, determinados pelo usuário master, possam adicionar arquivos de diferentes formatos (.doc, .pdf, etc.) em secções específicas do site. O contratado deverá produzir até dez interfaces diferentes, com até dez campos cada um, sendo que um deles deverá ser para anexar o arquivo em questão.

**f) Fórum**

Espaço de discussão e troca de informação entre a ANAC, utentes e operadores.



g) Formulários de cadastro externo

O contratado deverá elaborar formulários de cadastro de pessoas externas para secções específicas do site, tendo até quarenta no total, sendo que cada um poderá ter até cinquenta campos.

O site deve possibilitar que pessoas externas possam fazer reclamações, pedidos de informações, sugestões, entre outros.

h) Formulário para receber Newsletter

O contratado deverá apresentar um sistema de envio de e-mails automático e formulários de cadastro de pessoas externas para o recebimento de newsletter, tendo até vinte no total, sendo que cada um poderá ter até vinte campos.

i) Contador de acessos

O contratado deverá apresentar um sistema com contador de acessos especificando o perfil dos internautas que acederam o site da ANAC, demonstrando através de relatórios e gráficos, o número de acessos por página, o local e o horário dos acessos, as origens, os navegadores utilizados, as páginas visitadas e o tempo das conexões. Essas informações deverão ser apresentadas sempre que solicitadas pela contratante.

j) Sistema de busca interna

O contratado deverá apresentar um sistema que busca informações em todas as bases de dados do site. Nesse sistema deverá ter o campo de frases e um campo com a opção de buscar em todo o site ou em secções específicas.

k) Design responsivo

O site deverá ter um design moderno e voltado para as melhores práticas. Pretende-se que o site tenha a característica inovadora de ser acessível com os mesmos resultados pelos principais browsers: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome e por outro lado, adaptar-se aos Computadores Pessoais, Tablets e Smartphones.

Atividades extras:

l) Sistema de busca externo

O contratado deverá elaborar o site com facilidades de busca na Internet, como:

- m) URL Amigável: Esse recurso faz com que os endereços complicados gerados pelo sistema Mysql (nomes da página em php, seguido do id da notícia ou informação) sejam substituídos pelo título da matéria em questão.

Ex: [http://www.anac.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=221&Itemid=2](http://www.anac.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=221&Itemid=2) deverá ser substituído por [www.anac.cv/noticias/SIGER/](http://www.anac.cv/noticias/SIGER/)

- n) Sitemap do Google: Esse é um recurso oferecido pela Google para facilitar a busca de informações na página da Google ou em sites que utilizam a mesma tecnologia. O contratado deverá elaborar o 'sitemap' do site da ANAC, facilitando encontrar o site da ANAC na Internet.

- o) Identificação do caminho na página: Esse recurso faz com que a pessoa utiliza o motor de busca interna consiga visualizar o caminho que deve ser utilizado para chegar até o conteúdo específico. Por exemplo: Página Inicial > Estatísticas > Evolução dos Assinantes da INTERNET>
- p) Sincronia com outros softwares

Tanto o sistema administrativo quanto ao cadastro externo deverá ter a opção de exportar os dados no formato de tabela do Excel e em arquivo de texto, para utilização dos mesmos dados em outros sistemas de banco de dados.

#### **4. Outras atividades a serem desenvolvidas:**

- a) Assessoria técnica

Após o término do serviço e a total publicação e execução dos trabalhos solicitados, o Adjudicatário deverá assessorar a Entidade Adjudicante por um ano consecutivo, com o objetivo de orientar sob o sistema implantado.

- b) Atualização

Além da assessoria, durante o período de um ano, o Adjudicatário deverá realizar a pedido da Entidade Adjudicante, alterações, inclusões ou exclusões de novas páginas ou recursos.

